

# Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial

Amarílio Ferreira Júnior  
Marisa Bittar

Palavras-chave: educação colonial; colégios jesuíticos; crianças negras.



Ilustração: Carlos Augusto Luzzi



**R**ecalça um aspecto pouco estudado da história da educação brasileira no período colonial: a educação de crianças negras nos colégios jesuíticos. As crianças eram filhas de escravos desaffricanizados, que nasciam nas fazendas de propriedade da Companhia de Jesus. A literatura, tradicionalmente, situa a empresa jesuítica relacionada apenas com as crianças brancas, indígenas, mamelucas e mulatas. A base da conversão dos "gentios" ao cristianismo era a catequese, realizada pelo ensino mnemônico. Nesse contexto, as crianças negras sofriam dois tipos de violência: nasciam marcadas pela maldição social da escravidão e estavam submetidas a um processo brutal de aculturação gerada pela visão cristã de mundo.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo realçar um aspecto pouco estudado da história da educação brasileira no período colonial. Trata-se da educação de crianças negras nos colégios jesuíticos, isto é, dos filhos dos escravos desaffricanizados nascidos nas fazendas de propriedade da Ordem Religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola (1491-1556). As fontes consultadas têm revelado que as práticas escolares empreendidas

pelos jesuítas eram realizadas com crianças de várias origens raciais. Contudo, a literatura consagra, tradicionalmente, a empresa educacional junto às crianças brancas, indígenas, mamelucas e mulatas. Uma evidência desta assertiva é *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Nessa obra, Freyre (1995, p. 413), considerado um dos três maiores intérpretes do Brasil, definiu as origens étnicas dos alunos que frequentaram os colégios jesuíticos da seguinte forma:

Descobriram os primeiros missionários que andavam nus e à-toa pelos matos meninos quase brancos, descendentes de normandos e portugueses. E procuraram recolher aos seus colégios esses joões-felpudos. *Foi uma heterogênea população infantil a que se reuniu nos colégios dos padres nos séculos XVI e XVII: filhos de caboclos arrancados aos pais; filhos de normandos encontrados nos matos; filhos de portugueses; mamelucos; meninos órfãos vindos de Lisboa. Meninos louros sardentos, pardos morenos, cor de canela. Só negros e moleques parecem ter sido barrados nas primeiras escolas jesuíticas. Negros e moleques retintos.* (grifos nossos)

Assim, tem-se dado pouca atenção para o fato de que os filhos dos escravos pertencentes aos missionários-fazendeiros também foram educados nas escolas concebidas pelo *Ratio studiorum*. Evidentemente, a educação de crianças negras no Brasil Colonial foi um fenômeno residual. Constituiu-se uma exceção da regra geral que caracteriza os grandes traços explicativos da história da educação do período em tela, ou seja, a exclusão da ampla maioria do povo brasileiro. Entretanto, mesmo tendo se constituído uma exceção, merece registro.

Na pesquisa que vimos realizando, já ficou evidente que a ação educativa dos jesuítas estendeu-se também a um contingente – embora pequeno – de crianças negras. As fontes primárias que temos analisado, como cartas, documentos de época, etc., não permitem concluir, porém, que tal ação tenha se distinguido dos métodos utilizados em grande escala junto aos segmentos maiores, prioritários para os objetivos jesuíticos, isto é, índios e brancos. Assim, considerando o estágio da nossa pesquisa, não faremos aqui uma análise detida em pontos específicos da educação de crianças negras,

até porque, para nos assegurarmos de que houve, ou não, um método distinto aplicado a esse contingente, será necessário que ampliemos as fontes de consulta. Por ora, interessa-nos registrar que houve uma ação pedagógica dos jesuítas em relação às crianças negras, embora tal experiência, de acordo com as fontes até agora investigadas, pareça ter sido alicerçada no mesmo método geral adotado pela Ordem: o *Ratio studiorum*. Podemos afirmar, então, que a educação de crianças negras converteu-se no aspecto diferencial que distinguiu a escravidão praticada pelos jesuítas da implementada pelo colonizador comum.

Os colégios das primeiras letras ocupavam um espaço físico central nas fazendas da Companhia de Jesus. Essas escolas do bê-á-bá eram importantes no ritual de realização da catequese, ou seja, da conversão dos "gentios" ao cristianismo. Assim, em função da catequese, os filhos das famílias escravas também foram submetidos à escolarização. Serafim Leite (1993, p. 40) nos informa que, "quando começaram a preponderar os negros nas fazendas principais, como a de Santa Cruz, ao pé do Rio de Janeiro, a escola de rudimentos e de catequese era para os filhos dos escravos". *Essas crianças eram fruto da política que a Companhia adotava com os seus escravos*, ou seja: "os jesuítas davam perfeita liberdade aos seus escravos para escolherem as noivas e noivos, sem se preocuparem com a cor; azeviche africana ou o bronze indígena. *Mas a lei era que se casasse cada qual dentro da sua categoria social*" (Leite, 1945, p. 59; grifos nossos).

Investigar o fenômeno da educação infantil no período colonial, portanto, significa desvelar aspectos importantes da própria formação socioeconômica brasileira. Esta afirmação ganha a sua verdadeira dimensão quando nos deparamos com o papel econômico, cultural e político que a Companhia de Jesus desempenhou no processo de consolidação do sistema colonial português, pois, em 500 anos de nossa história, os jesuítas detiveram o monopólio educacional por 210 anos (1549-1759).

Além disso, importa acrescentar que este trabalho é resultante de uma pesquisa que estamos realizando com objetivo de suprir lacunas ainda existentes nos estudos sobre a história da educação brasileira no período colonial. Os resultados

aqui apresentados estão fundamentados em dois tipos de textos. Como fontes primárias foram utilizados documentos originais do período colonial, impressos nos quatro volumes que reuniram as *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, também encontrados nos dez tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, todos selecionados e organizados pelo padre Serafim Leite. Utilizamos também das obras clássicas sobre o Brasil Colonial: *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior; *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado; *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender; e *A escravidão africana no Brasil*, de Maurício Goulart.

## A Companhia de Jesus e a escravidão negra

Os jesuítas empregaram largamente as relações escravistas de produção nas suas propriedades, utilizando os negros desafrikanizados. A tentativa de escravização dos índios pelo sistema colonial português no Brasil esbarrou, entre outros, em dois fatores importantes: de um lado, porque "resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar" (Furtado, 1977, p. 41); do outro, porque o grupo mercantil metropolitano, que desde 1441 já traficava negros do norte da África (Goulart, 1975, p. 7), tinha "no comércio de africanos fabulosa fonte de lucro" (Gorender, 1978, p. 132). A conjugação dessas circunstâncias acabou determinando a proibição, por parte da Igreja Católica, da escravização dos índios americanos e a oficialização do tráfico negreiro em larga escala no Atlântico Sul. Mesmo antes que este interdito se efetivasse por meio da bula do Papa Urbano VIII,<sup>1</sup> o padre Manuel da Nóbrega, em correspondência enviada ao Provincial de Portugal, datada de 1557, reivindicava que:

*... se Sua Alteza nos quisesse mandar dar uma boa dada de terras, onde ainda não for dada, com alguns escravos da Guiné, que façam mantimentos para esta Casa e criem criações, e assim para andarem em um barco pescando e buscando o necessário, seria muito acertado, e seria a mais certa maneira de mantimento desta Casa.*

<sup>1</sup> O Breve do Papa Urbano VIII, de 22 de abril de 1639, estabelecia que "daqui por diante não ousarem ou presumam cativar os sobreditos Índios, vendê-los, comprá-los, trocá-los, dá-los, apartá-los de suas mulheres e filhos, privá-los de seus bens e fazendas, levá-los e mandá-los para outros lugares, privá-los de qualquer modo da liberdade (...)" (Urbano VIII, 1945, p. 570).

*Escravos da terra não nos parece bem tê-los por alguns inconvenientes. Destes escravos da Guiné manda ele trazer muitos à terra. Podia-se haver provisão para que dos primeiros que viessem nos desse os que Sua Alteza quisesse, porque uns três ou quatro, que nos mandou dar há certos anos, todos estão mortos, salvo uma negra, que serve esta Casa de lavar roupa, que ainda que o não faz muito bem, excusa-nos muitos trabalhos. A manutenção desta Casa foi até agora muito trabalhosa e quase miraculosamente se mantém nela tanta gente sem ter escravos que pesque, nem quem traga água e lenha e coisas semelhantes, e fora-o muito mais se não nos repartíramos pelas Aldeias dos Índios, que nos mantinham e daí muitas vezes se proviam os desta Casa.* (Nóbrega, 1957, p. 411-412; grifos nossos)

Os tais "inconvenientes" aludidos pelo padre Manuel da Nóbrega, no sentido de que não se devia utilizar os "escravos da terra", eram de ordem econômica e religiosa. Entretanto, na mesma proporção em que se deixava de escravizar os indígenas, no início da segunda metade do século 16, aumentava o tráfico negreiro patrocinado pela metrópole portuguesa.<sup>2</sup> Neste ponto, a Companhia de Jesus estava em perfeita sintonia com os interesses coloniais defendidos pela burguesia mercantil para a América. Ou como afirmou Goulart (1975, p. 54-55):

... realmente, quanto mais óbices se levantassem à exploração do gentio americano, mais africanos se tornariam necessários aos colonos. E se, às múltiplas vantagens oferecidas pelos negros, havia ainda a acrescentar-se a possibilidade de explorá-los sem a ameaça do inferno, era natural que a sua procura, e, conseqüentemente, o seu valor aumentassem.

A verdade foi que a Companhia de Jesus participou ativamente da montagem do sistema colonial implantado pela Coroa portuguesa no Brasil. O núcleo do modelo colonial português estava assentado nos quatro elementos que davam sustentação econômica à *plantation*, isto é: latifúndio, escravidão, monocultura e produção voltada para o mercado externo. O centro da empresa colonial, nos séculos 17 e 18, eram os engenhos e as fazendas criadoras de gado, com uma larga predominância dos primeiros sobre as segundas.<sup>3</sup> A partir da segunda metade do século 17, a

Companhia de Jesus já era proprietária de muitas fazendas de cana-de-açúcar e criação de gado. Ela havia acumulado, segundo Serafim Leite (1950, p. 88-93), um total de 359 fazendas até 1759, quando da expulsão dos jesuítas do Brasil. Presume-se que a riqueza amealhada pelos seguidores de Santo Inácio de Loyola, durante os primeiros 210 anos da sua permanência na terra brasileira, tenha significado uma expressiva parte do Produto Interno Bruto (PIB) da colônia portuguesa na América. A importância econômica da empresa inaciana, no período em tela, foi realçada por Furtado (1977, p. 90) assim:

... o sistema jesuítico, cuja produtividade aparentemente chegou a ser elevada, mas sobre o qual não se dispõe de muitas informações – a Ordem não pagava impostos nem publicava estatísticas –, entrou em decadência com a perseguição que sofreu na época de Pombal.

Desse modo, o trabalho escravo, nas propriedades dos missionários-fazendeiros da Companhia de Jesus, transformou-se na principal mão-de-obra utilizada nas relações sociais de produção. Foram os filhos desses escravos que constituíram o contingente de crianças negras submetidas à ação pedagógica dos jesuítas.

## As fazendas da Companhia de Jesus

Desde o início ficou muito claro para o fundador da missão jesuítica no Brasil, padre Manuel de Nóbrega, que seria impossível à empresa evangelizadora idealizada por Santo Inácio de Loyola lograr êxito sem a existência de uma base econômica que desse sustentação às escolas do bê-á-bá, aquelas que serviam de suporte à catequese dos "gentios". Assim, o esforço para a fundação de fazendas de açúcar e gado, como resultado da iniciativa do primeiro Provincial do Brasil (1553-1560), estava organicamente vinculado ao projeto educacional desenvolvido pela Companhia de Jesus no Brasil Colonial. Portanto, com o passar do tempo, basicamente todos os colégios jesuíticos do ensino elementar tinham uma fazenda. A origem da primeira fazenda jesuítica data de

<sup>2</sup> O padre Fernão Cardim, descrevendo a Capitania de Pernambuco, dava conta em "Informação da missão do P. Christovão Gouvêa as partes do Brasil", escrita em 1585, que tinha "passante de dois mil vizinhos entre vila e termo, com muita escravaria de Guiné, que serão perto de dois mil escravos: os índios da terra são já poucos" (Cardim, 1939, p. 294).

<sup>3</sup> Furtado, referindo-se às regiões criadoras de gado (interior) que dependiam economicamente das plantadoras de cana-de-açúcar (litoral), estabeleceu a seguinte diferença de renda entre as duas atividades em termos de riqueza: "se nos limitarmos à região diretamente dependente da economia açucareira, a começo do século XVII, dificilmente se pode admitir que sua renda bruta alcançasse cem mil libras, numa época em que o valor da exportação de açúcar possivelmente superava os dois milhões" (Furtado, 1977, p. 58).

1550, ou seja, apenas um ano após a chegada da Missão ao Brasil. Tomé de Sousa (1956, p. 195), então governador-geral, doou a sesmaria de "Água dos Meninos" à Companhia de Jesus, utilizando o seguinte argumento:

Faço saber como o P. Manuel da Nóbrega, que ora tem cuidado da Casa do Nome de Jesus nesta cidade do Salvador, me enviou dizer por sua petição como a dita Casa tinha necessidade de terras para fazerem mantimentos, porquanto a intenção d'El-Rei e dos Padres da Companhia é nela criar e ensinar moços do gentio, que por tempos levem o nome do Senhor a todas as gentes, e que não se podiam sustentar de outra maneira. E porque queiram fazer roças de mantimentos e outras coisas para ajuda do sustentamento da dita gente e Padres que na dita Casa estão...

A tomada de decisão do padre Manuel da Nóbrega, no sentido da montagem de uma fazenda na sesmaria de Água dos Meninos, logo demonstrou os seus resultados. Em carta datada de 1552, ele informava ao padre Simão Rodrigues, fundador da Província da Companhia de Jesus em Portugal, que:

... depois que vieram os escravos d'El-Rei, de Guiné a esta terra, tomaram os Padres fiados por dois anos três escravos, dando fiadores a isso, e acaba-se o tempo agora cedo. Desta vestimenta fiz marcar outros escravos da terra. Este ano que virão vacas d'El-Rei também tomei doze fiadas a El-Rei, dando fiadores para daí um ano se pagar, para criação e leite para os meninos. Tenho principiado casas para os meninos, conforme a terra. Até agora passamos muito trabalho por os manter; já agora, que os mantimentos se vão comendo, vai a casa em muito crescimento e os meninos tem o necessário cada vez melhor; de maneira que donde antes com muita fortuna mantínhamos a sete ou oito, agora mantém a casa cinquenta e tantas pessoas sem o sentir. Tem a casa um barco e escravos que matam peixe. (Nóbrega, 1956, p. 403)

Por este relato, Nóbrega deixa claro que não havia incompatibilidade entre os interesses coloniais da Coroa portuguesa e a missão evangelizadora da Companhia de Jesus no Brasil. Eles se fundiam no tripé econômico nuclear do modelo colonial adotado, isto é: terra, escravidão e agropecuária. Por outro lado, se até a segunda

metade do século 16 as atividades econômicas da Companhia de Jesus ainda tinham um caráter de subsistência, ou seja, as fazendas produziam apenas para as necessidades materiais de sobrevivência dos padres jesuítas, a partir dos séculos 17 e 18 as mesmas já eram uma empresa mercantil respeitável do ponto de vista da produtividade econômica.

Para ilustração de tal afirmativa, tomemos como exemplo uma fazenda emblemática do império econômico montado pela Companhia de Jesus no período colonial. A Fazenda de Santa Cruz (RJ), com 10 léguas quadradas de extensão territorial (a légua geométrica é igual a 6 km), foi considerada um dos maiores empreendimentos dos padres jesuítas. Segundo Serafim Leite (1945, p. 57), ela aparecia no Catálogo da ordem religiosa inaciana, em 1757, com as seguintes propriedades:

... o gado: cavalariço, 948 cabeças; bovino, 9.344. Para sustento dos Padres do Colégio tiram-se anualmente 500 reses além das que eventualmente se gastam nos trabalhos das fazendas. O gado vendido rendia a soma anual de 4.000 escudos romanos, que em sua maior parte se remetiam para Lisboa em pagamento do que de lá vinha, vestuário e as mil coisas indispensáveis à vida do Colégio, que não havia na terra e tinham de vir de fora. A Fazenda recebeu, este ano de 1757, 1.645 escudos e gastou 1.282; a Igreja 360 e gastou 230.

Para manter esta prosperidade econômica, os missionários-fazendeiros utilizaram largamente as relações escravistas de produção na Fazenda de Santa Cruz. O número da população de escravos negros, em 1757, chegou a 740. "Só no núcleo central (da fazenda) havia 232 senzalas, onde as famílias viviam sobre si mesmas, à parte, se eram de prole numerosa." (Leite, 1945, p. 59). Foi essa prole das famílias escravas trabalhadoras nas fazendas de açúcar e gado da Companhia de Jesus que frequentaram as únicas escolas do bê-á-bá existentes na história do Brasil Colonial.



## Educação jesuítica e crianças negras: a catequese com os filhos dos escravos

A missão evangelizadora da Companhia de Jesus no Novo Continente foi um corolário causado pelas guerras religiosas entre católicos e protestantes que inundaram de sangue a Europa do século 16. Ela tinha como escopo principal converter ao catolicismo os "gentios" que habitavam as Américas e, ao mesmo tempo, vencer uma das batalhas da guerra religiosa travada contra os cristãos reformados. Melhor: "era imperativo ganhar novas almas para o rebanho da Igreja Romana" (Ferreira Júnior, Bittar, 1999, p. 166).

No início do século 16, a ação religiosa dos padres inacianos estava centrada na conversão dos indígenas através do chamado aldeamento. "Os jesuítas procuraram agrupar estas Aldeias com mira às três condições de defesa, catequese e subsistência" (Leite, 1945, p. 240). Mas a catequese não tinha um sentido apenas de conversão à fé cristã mediante o ensino exclusivo da dogmática católica: ia além disso. O próprio Serafim Leite (1949,

p. 145) esclarece que "a Catequese dos Índios, nesta matéria de instrução, não se entende só a do ensino religioso do catecismo, a não ser com os adultos incapazes de mais; com os meninos incluí-se também o de ler, escrever, ou elementos (matemática)". Deixemos, porém, que a própria lavra do padre José de Anchieta, um dos mais importantes catequistas jesuíticos do século 16, explique como ocorria, na prática, a doutrinação, simbiose entre conversão e educação dos meninos indígenas de Piratininga, em 1556:

... quase todos vêm duas vezes por dia à escola, sobretudo de manhã; pois de tarde todos se dão à caça ou à pesca para procurarem o sustento; se não

trabalham, não comem. Mas o principal cuidado que temos deles está em lhes declararmos os rudimentos da fé, sem descuidar o ensino das letras; estimam-nos tanto que, se não fosse esta atração, talvez nem os pudéssemos levar a mais nada. Dão conta das coisas da fé por um formulário de perguntas, e alguns mesmo sem ele. Muitos confessaram-se este ano, e fizeram-no em muitas outras ocasiões do que não tivemos pouca alegria; pois alguns confessam-se com tal pureza e distinção, e sem deixarem sequer as mais mínimas coisas, que facilmente deixam atrás os filhos dos cristãos: recomendo-lhes que se preparassem para o sacramento, disse um: é tão grande a força da confissão que, a seguir a ela, nos parece que queremos voar para o céu com grande velocidade. (Anchieta, 1957, p. 308; grifos nossos)

Este mesmo princípio de conversão religiosa ao catolicismo, a combinação de catequese com o ensino das primeiras letras, foi utilizado mais tarde, nos séculos 17 e 18, nas próprias fazendas da Companhia de Jesus com os filhos dos escravos que nelas trabalhavam. Serafim Leite (1949, p. 144-145) descreve as ações educacionais jesuíticas com os escravos desafrikanizados e as suas crianças da seguinte forma:

E o que ela (Companhia de Jesus) fez pela catequese e elevação moral dos Escravos, além do proverbial bom trato que lhes dava, afere-se por este tríptico fato: foi um jesuíta o P. Pero Dias, Apóstolo dos Negros do Brasil, que escreveu a *Arte da Língua de Angola* com o propósito deliberado de melhor os amparar e servir; fundou-se nos Colégios o apostolado do mar à chegada dos navios de África; e multiplicaram-se, a favor dos Negros dos Engenhos e Fazendas, as missões discurrantes, saídas dos Colégios de cada região, em toda a extensão do Brasil. (grifos nossos)

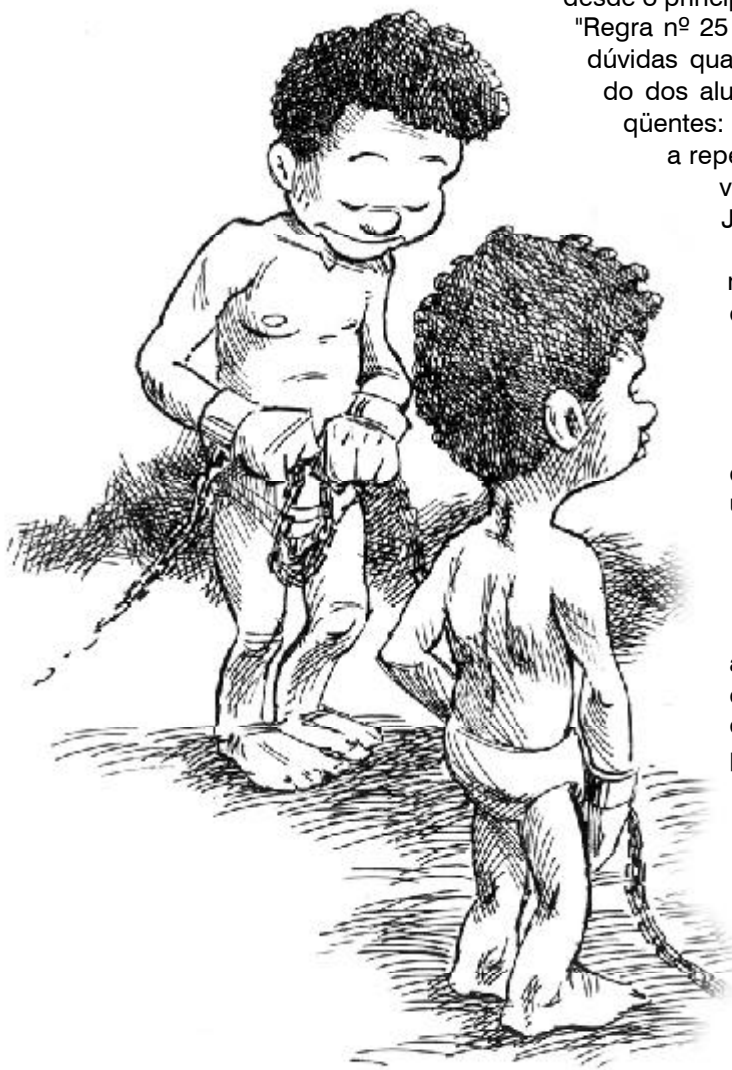
Contudo, o autor da monumental obra sobre a *História da Companhia de Jesus no Brasil* tentou buscar um atenuante que empalidecesse um fato insofismável: a Ordem Religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola empregara largamente as relações escravistas de produção, tanto quanto o colonizador português nas suas propriedades do Brasil Colonial. Para Serafim Leite, a principal diferença de comportamento entre o colonizador comum e o fazendeiro-missionário jesuítico, com relação à escravidão,



era o fato de que o segundo, ao contrário do primeiro, tinha assumido, em relação aos negros, o compromisso da educação:

Os Escravos Negros não eram livres para buscarem a instrução média e superior, e claro está que os senhores não os compravam para os mandar aos estudos e fazer deles bacharéis ou Sacerdotes. *A instrução ou educação, que lhes permitiam, essa, e mais do que essa, lhes ensinava a Igreja.* E a Igreja foi a única educadora do Brasil até ao final do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do Clero Secular e do Clero Regular, que possuíam casas no Brasil. (Leite, 1949, p. 44; grifos nossos)

A ação educadora realizava-se nos colégios de rudimentos (primeiras letras), construídos em cada uma das fazendas



de propriedade da Companhia de Jesus, nos quais as crianças negras preparavam-se para a catequese. O princípio educativo que embasava as atividades pedagógicas desses colégios do bê-ábá estava consubstanciado no famoso *Ratio studiorum*. A sua característica fundamental era a organização de um processo de ensino-aprendizagem fundado na concepção mnemônica do ensino. Podemos perceber tal princípio educativo na parte destinada às "Regras comuns aos professores das classes inferiores". Neste caso, dois exemplos são ilustrativos: a "Regra nº 19 – Exercício de memória" recomendava que "os alunos recitem as lições de cor aos decuriões (...). Aos sábados recite-se em público o que foi aprendido de cor numa ou várias semanas; terminado um livro, poderão escolher-se alguns que da cátedra o recitem desde o princípio, não sem prêmio". Já a "Regra nº 25 – Repetição" não deixava dúvidas quanto ao processo de estudo dos alunos para as aulas subsequentes: "do mesmo modo faça-se a repetição da lição do dia e da véspera" (Companhia de Jesus, 1952, p. 184-185).

A consequência mais nefasta desta metodologia de ensino-aprendizagem foi o sadismo pedagógico perpetrado contra os alunos, e que se manifestava principalmente através de castigos corporais. Mais uma vez, o *Ratio studiorum* era preciso nas suas recomendações com relação à aplicação que os alunos deveriam ter nos estudos: a "Regra nº 39 – Cuidado da disciplina" estipulava que "o principal cuidado do professor seja, portanto, que os alunos não só observem tudo quanto se encontra nas regras, mas sigam todas as prescrições relativas aos estudos" (Companhia de Jesus, 1952, p. 189). Aos alunos considerados negligentes com as suas tarefas

acadêmicas, aplicava-se a "Regra nº 40 – Modo de castigar", que recomendava ao professor o seguinte procedimento disciplinar:

*... não seja precipitado no castigar nem demasiado no inquirir; dissimule de preferência quando o puder sem prejuízo de ninguém; não só não inflija nenhum castigo físico (este é ofício do corretor) mas abstenha-se de qualquer injúria, por palavras ou atos; (...) ao Prefeito deixe os castigos mais severos ou menos costumados, sobretudo por faltas cometidas fora da aula, como a ele remeta os que se recusam aceitar os castigos físicos...* (Companhia de Jesus, 1952, p. 190; grifos nossos)

A figura do "corretor" de castigos físicos era tradicional nos colégios jesuíticos. Ou como afirmou o padre Leonel Franca (1952, p. 62-63): "para o ingrato mister cumpria tomar um oficial de fora, o corretor, homem sério e moderado, que administrava a punição de acordo com as instruções recebidas do Prefeito de estudos". A tradição que instituía a figura do corretor de castigos físicos na empresa educacional jesuítica remontava ao início da colonização do Brasil. Mem de Sá, governador-geral do Brasil, numa carta de 1560 ao Rei de Portugal, D. Sebastião, referindo-se ao processo educativo das crianças indígenas e mamelucas, escreveu: "Também mandei fazer tronco em cada vila e pelourinho, por lhes mostrar que tem tudo o que os cristãos tem, e para o *meirinho* (corretor) meter os moços no tronco quando fogem da escola, e para outros casos leves, com autoridade de quem os ensina (os padres jesuítas)" (Sá, 1958, p. 172; grifos nossos).

Deste modo, os filhos dos escravos nascidos nas fazendas da Companhia de Jesus sofreram o processo de conversão ao cristianismo católico através da catequese e também sentiram na pele a prática do sadismo pedagógico inerente ao projeto educacional desenvolvido pelos jesuítas. Em outras palavras: eles estavam sujeitos às punições físicas aplicadas nos colégios das primeiras letras, organizados pelos padres inicianos no Brasil Colonial. E é impossível entender a lógica de funcionamento dessas instituições escolares que desempenharam um papel fundamental na empresa colonial, desassociada da concepção de educação formulada pelo *Ratio studiorum*.

## Conclusão

O projeto educacional da Companhia de Jesus, implantado no Brasil Colonial, estava a serviço de uma ordem social violenta. O processo de aculturação e conversão ao cristianismo imposto pela Igreja Católica tanto ao índio quanto ao negro visava apenas construir o império colonial jesuítico-lusitano. Esta relação existente entre educação e violência, no contexto histórico do período colonial, reveste-se de importância fundamental, pois, a formação social brasileira é marcada profundamente por um brutal processo de exploração autoritário exercido pelas elites dominantes sobre as classes subalternas. Não só contra os "gentios" que habitavam as terras brasileiras desde os tempos imemoriais, mas, também, contra os negros desafrikanizados. Para Caio Prado Júnior (1991, p. 27), as circunstâncias sociais dos segundos eram piores do que as dos primeiros, pois, "as condições dos escravos negros eram mais simples que a dos índios. Não tiveram, como estes, 'protetores' jesuítas, e até o Império continuaram simplesmente equiparados às 'bestas' das Ordenações Manuelinas".

O caráter da formação social engendrado pelo modelo colonial da Companhia de Jesus no Brasil não encontrou paralelo na história da civilização ocidental cristã. A missão evangelizadora atribuída aos padres jesuítas, imbricada com a empreitada colonial lusitana, foi um somatório de violência mortal, de intolerância e ganância predatória. Sérgio Buarque de Holanda, analisando o papel da violência com que as classes dominantes subjugarão os explorados no período colonial, atribuiu aos jesuítas a responsabilidade pela introdução de um dos traços distintivos do autoritarismo que historicamente perpassa a cultura social brasileira, pois,

foram ainda os jesuítas que representaram, melhor do que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções (aldeamentos) e doutrinas. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões. (Holanda, 1998, p. 39)



Assim, as crianças negras, nas fazendas da Companhia de Jesus, sofriram de dois tipos simultâneos de violência: primeiro, porque eram geradas em ventres escravos e, portanto, nasciam marcadas pela maldição da escravidão; e segundo, porque estavam submetidas a um processo de aculturação gerado pela visão cristã de mundo preconizada pela Contra-Reforma.

## Referências bibliográficas

- ANCHIETA, José, S.J. Carta trimestral de maio a agosto de 1556 pelo Ir. José de Anchieta. In: LEITE, Serafim, S.J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*: 1553-1558. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1957. v. 2, p. 302-310. (Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo).
- CARDIM, Padre Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Introdução e notas: Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. 379 p.
- COLUSSI, Solange de Carvalho; SCIENZA, Glacy K.; BITTAR, Marisa et al. Educação e violência no Brasil Colonial. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 7., 1999. São Carlos. *Programação geral...* São Carlos: UFSCar, 1999. p. 15.
- COMPANHIA DE JESUS. Ratio Studiorum. In: FRANCA, Leonel, S.J. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. 236 p.
- CUNHA, Alessandra Marques da; CALIN, Márcia T. C.; SALARO, Melissa Bresci et al. Crianças negras e educação jesuítica no Brasil Colonial. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 7., 1999. São Carlos. *Programação geral...* São Carlos: UFSCar, 1999, p. 15.
- FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e capitalismo periférico globalizado. *Revista Ser Social*, Brasília, v. 4, p. 153-194, jan./jun. 1999.
- FRANCA, Leonel, S.J. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. 236 p.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. 569 p.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. 248 p.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. 592 p.
- GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. 300 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. e 6. reimpr. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. 219 p.
- HUZIWARA, Érika C.; BRESCI, Melissa Salaro; CALIN, Márcia T. C. et al. A base econômica dos colégios jesuíticos no Brasil Colonial. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 7., 1999, São Carlos. *Programação geral...* São Carlos: UFSCar, 1999. p. 36.
- LEITE, Serafim, S.J. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil : 1549-1760*. 2. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, 1993. 291 p.

- LEITE, Serafim, S. J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1945a. t. 5. 637 p.
- \_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1945b. t. 6. 640 p.
- \_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1949. t. 7. 490 p.
- \_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950. t. 10. 316 p.
- NÓBREGA, Manuel, S. J. Carta de fins de agosto de 1552. In: LEITE, Serafim, S. J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1956. v. 1. p. 403. (Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo).
- \_\_\_\_\_. Carta de 2 de setembro de 1557. In: LEITE, Serafim, S. J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1553-1558*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1957. v. 2. p. 411-412. (Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo).
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981. 420 p.
- PALOMINO, Thaís J.; ARCHIZA, Maria A. Guitti; MARINI, Fabiana et al. A escola do bê-á-bá no Brasil Colonial. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 7., 1999, São Carlos. *Programação geral...* São Carlos: UFSCar, 1999. p. 36.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 102 p.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. 2. ed. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, out./dez. 1981.
- SÁ, Mem de. Carta de Mem de Sá Governador do Brasil a D. Sebastião Rei de Portugal, Rio de Janeiro 31 de março de 1560. In: LEITE, Serafim, S. J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1558-1563*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1958. v. 3. p. 168-174. (Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo).
- SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Ed., 1997. 331 p.
- SOUSA, Tomé de. Sesmaria de "Água de Meninos", dada pelo governador Tomé de Sousa ao P. Manuel de Nóbrega, Baía. In: LEITE, Serafim, S. J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1956. v. 1. p. 195. (Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo).
- URBANO VIII, Papa. *Commissum nobis: sobre a liberdade dos índios da América*. In: LEITE, Serafim, S. J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1945. t. 6. p. 569-571.

---

Recebido em 26 de outubro de 2000.

Amarílio Ferreira Júnior, doutor em História Social pela Universidade Federal de São Paulo (UFSP), é professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Marisa Bittar, doutora em História Social pela UFSP, é professora do Departamento de Educação da UFSCar.

---

## **Abstract**

*The purpose of this article is to emphasize an aspect that is not much studied in the Brazilian education, during the colonial period. We are talking about the black children in the Jesuit schools; in other words, the children of the slaves who were forced out of their African roots, children who were born in the farms belonging to the Brotherhood of Jesus. Usually, literature traditionally places the Jesuit educational enterprise only among white, indigenous, mameluke and mulatto children. The basis of conversion of the "gentiles" to Christianity was the catechism done through mnemonic teaching. In such context, the black children suffered two types of violence: they were born tagged by the social curse of slavery and were subject to a brutal process of acculturation brought about by the Christian worldview.*

*Keywords: colonial education; jesuit schools; black children.*

---